



CONTRATO: Aquisição de serviços para assegurar o Funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional, referente à candidatura nº 1256570 do Município de Alfândega da Fé, ao IEFP

Município de Alfândega da Fé, contribuinte 506 647 498, com sede em Alfândega da Fé, aqui representada pelo Presidente, Eduardo Manuel Dobrões Tavares, com poderes bastante para o efeito, e de ora em diante designada por primeiro outorgante.

Célia Maria Correia Gomes Figueiredo, contribuinte nº230 688 730, com sede em Alfândega da Fé, com poderes bastantes para efeito, adiante designada por segundo outorgante.

É celebrado entre os outorgantes, e reciprocamente aceite, o presente contrato de fornecimento de serviços, o qual se subordina às seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objeto e características do serviço

1.O objeto do presente contrato a Aquisição de serviços para assegurar o Funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional, referente à candidatura nº 1256570 do Município de Alfândega da Fé, ao IEFP.

2. Especificações das tarefas a desenvolver.

Os GIP, em estreita articulação com os serviços de emprego, desenvolvem as seguintes atividades:

Ações de apoio à procura ativa de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora;

Captação e divulgação de ofertas de emprego e apoio à colocação;

Divulgação de medidas de apoio ao emprego, formação profissional e empreendedorismo e apoio ao encaminhamento de candidatos;

Divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu;

Encaminhamento para ações promotoras do desenvolvimento de competências de empregabilidade e criação do próprio Emprego;

Apoio à inscrição online dos candidatos a emprego;

Ações previstas no eixo 1-Emprego, formação e qualificação do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social;

Informação sobre o conteúdo e abrangência de alguns serviços e apoios em matéria de segurança social;

Outras atividades consideradas necessárias, pelos serviços de emprego, para apoio à inserção profissional dos desempregados.

Cláusula 2ª

Preço

1.O preço total pela execução dos serviços objeto do presente contrato, e melhor discriminados na proposta apresentada pela segunda outorgante, é de € 19.200,00 (dezanove mil e duzentos euros), a que acrescerá o valor do IVA, à taxa legal de 23%.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, sempre que se mostrem devidas

Clausula 3ª

Prazo de vigência e execução do contrato

1. A prestação de serviços objeto do presente contrato terá uma duração de 12 (doze) meses, com início no dia 1 de junho de 2020 e termo a 31 de maio de 2021, período durante o qual deverão ser executadas todas as tarefas previstas no seu objeto.

2. Nos termos do disposto no nº2 do artigo 287º do Código dos Contratos Públicos o presente contrato tem efeitos retroactivos ao dia 1 de junho de 2020.

Obrigações contratuais

Cláusula 4.ª

Obrigações da primeira outorgante

Pela aquisição da prestação do serviço objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do caderno de encargos, a primeira outorgante deve pagar à segunda outorgante o preço constante da proposta adjudicada acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Clausula 5ª

Obrigações da segunda outorgante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a segunda outorgante as seguintes obrigações principais:

a) A segunda outorgante obriga-se a executar o objeto do presente contrato em conformidade com o estabelecido no caderno de encargos do presente procedimento e na sua proposta adjudicada, desenvolvendo todos os procedimentos técnicos necessários para a adequada execução do contrato.

Cláusula 6.ª

Objeto do dever de sigilo

1. A segunda outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à primeira outorgante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destino direto e exclusivo à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 1 (um) ano a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo município de Alfândega da Fé, nos termos da Cláusula anterior, devem ser pagas mensalmente, após a receção pelo Município de Alfândega da Fé das respetivas faturas.
2. Em caso de discordância por parte do Município de Alfândega da Fé, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no nº1, as faturas são pagas através de cheque/transferência bancária.

Clausula 9ª

Cessão da posição contratual

1. A segunda outorgante não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. A segunda outorgante não pode ceder ou sub-rogar a terceiros os direitos e obrigações que para ela resultem deste contrato, salvo autorização expressa da entidade privada contratada.

Clausula 10ª

Resolução por parte da primeira outorgante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Município de Alfândega da Fé pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.
3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao Município de Alfândega da Fé nos termos gerais de direito.

Clausula 11ª

Documentos contratuais e prevalência

1. Fazem parte integrante do presente contrato, os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos, a proposta adjudicada e os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela segunda outorgante.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que neles se dispõe.
3. Em caso de divergências entre os documentos referidos no nº1 e o clausulado do presente contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato proposto pelo primeiro outorgante e aceites pelo segundo outorgante.

Clausula 12ª

Gestor do contrato

1. Para acompanhar permanentemente a execução do contrato, foi designada como gestor de contrato, o António Manuel Franco Simões.
2. O gestor de contrato deve remeter ao primeiro outorgante, um relatório das prestações realizadas pela segunda outorgante.

Clausula 13ª

Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais

- 1.A primeira outorgante obriga-se a respeitar a legislação relativa à proteção a privacidade dos dados pessoais da segunda outorgante, assumindo-se, perante este, como único responsável pelo seu tratamento e guarda.
- 2.Sempre que o processamento dos dados pessoais for efetuado por entidade terceira, a primeira outorgante, assegura que esta entidade se compromete a respeitar o regime da Lei de Proteção de Dados Pessoais em vigor, nos exatos termos em que ele o faz, designadamente, inibindo-se de os tratar para fim diverso do contrato e de os transmitir a terceiros.
- 3.É garantido à segunda outorgante o direito de acesso aos dados pessoais que lhe digam diretamente respeito, podendo solicitar a sua correção ou aditamento.
- 4.Em caso algum a primeira outorgante utilizará dados pessoais da segunda outorgante para outras finalidades que não as relativas unicamente ao objeto do contrato, salvo ocorrendo consentimento expresso, por escrito, deste ou mandato judicial.
- 5.Para feitos do número anterior, os dados pessoais da segunda outorgante destinam-se unicamente à prestação dos serviços objeto do contrato.

Clausula 14ª

Direito e fiscalização

A primeira outorgante assegura, mediante poderes de direção e fiscalização, a funcionalidade da execução do contrato quanto à realização do interesse público visado pelo presente contrato.

Clausula 15ª

Resolução de conflitos

Os conflitos emergentes do presente contrato serão resolvidos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.

Clausula 16ª

Comunicações e notificações

- 1.Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2.Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Clausula 17ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Clausula 18ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Clausula 19ª

Elementos do contrato

- 1.Fazem parte integrante do contrato:
 - a) O caderno de encargos;
 - b) A proposta adjudicada.
- 2.Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº1, a prevalência é determinado pela ordem pela qual aí são indicados. Quanto às demais regras de prevalência, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Clausula 20ª
Disposições finais

- 1.O procedimento relativo ao presente contrato foi autorizado por despacho de 18/05/2020 do Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé.
- 2.O fornecimento objeto do presente contrato foi adjudicado por despacho de 26/05/2020, do Presidente da Câmara Municipal.
- 3.A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por despacho de 26/05/2020.
- 4.O encargo total, com exclusão do IVA, resultante do presente contrato é de €19.200,00 (dezanove mil e duzentos euros).
- 5.O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas e ou a inscrever no orçamento da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, para o ano de 2020, com o nº de compromisso 560/2020 e requisição 615/2020.
- 6.Os pagamentos a efetuar em resultado da execução do presente contrato, obedecerão às normas constantes da lei dos compromissos e pagamentos em atraso.
- 7.Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes.

Depois de a segunda outorgante ter juntado os documentos de habilitação referidos no artº 81º, do Código dos Contratos Públicos, o contrato foi assinado por ambos os outorgantes.

Alfândega da Fé, 28 de maio de 2020

Primeiro Outorgante



(Eduardo Manuel Dobrões Tavares)

Segunda Outorgante



(Célia Maria Correia Gomes Figueiredo)